



Universidades Lusíada

Oliveira, Ricardo Pessa de

O património móvel do Convento de Nossa Senhora do Cardal (1834)

<http://hdl.handle.net/11067/5480>

<https://doi.org/10.34628/y9ej-6q27>

Metadata

Issue Date	2011
Keywords	Convento de Nossa Senhora do Cardal (Pombal, Portugal), Inventários de bens
Type	article
Peer Reviewed	No
Collections	[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 08 (2011)

This page was automatically generated in 2020-11-24T13:01:54Z with information provided by the Repository

O PATRIMÓNIO MÓVEL DO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO CARDAL (1834)

Ricardo Pessa de Oliveira*

Doutorando em História Moderna pela Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa. Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian
ricardo_pessa@sapo.pt

1. A 30 de Maio de 1834, foi publicado, com data de 28, o decreto de D. Pedro IV determinando a extinção das Ordens Religiosas masculinas em “Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes, e Domínios Portugueses”¹. Os bens das Casas suprimidas seriam incorporados na Fazenda Real, excepção feita aos paramentos e alfaias utilizadas no culto divino que deveriam ser entregues aos prelados das respectivas dioceses. O decreto era o culminar de uma série de medidas que tinham tido início no século XVIII, tais como a expulsão dos Jesuítas em 1759, a supressão no ano de 1770, de nove mosteiros de Cónegos Regrantes de que o Cardeal da Cunha² foi juiz, e a criação a 21 de Novembro de 1789, da Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares³. Durante a

^{1*} O decreto publicado na *Chronica constitucional de Lisboa* encontra-se reproduzido em Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vol. III, Porto, Lisboa, Civilização, 1970, p. 146. Sobre a extinção das ordens religiosas cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja [...]*, vol. III, pp. 131-147; Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, *maxime* pp. 45-52; António Martins da Silva, “Extinção das Ordens Religiosas”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. C-I, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, pp. 232-236; Paulo Drumond Braga, “Igreja, Igrejas e Culto”, *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. IX, *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, coordenação de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 307-349, *maxime* 326-329.

² Sobre esta figura cf. principalmente Ricardo Pessa de Oliveira, *Uma vida no Santo Ofício: o Inquisidor Geral D. João Cosme da Cunha*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, exemplar mimeografado. Sobre a supressão dos conventos cf. Ricardo Pessa de Oliveira, *Uma vida [...]*, pp. 55-57.

³ António Delgado da Silva, *Collecção de Legislação Portuguesa, desde a ultima compilação das Ordenações, 1775 a 1790*, Lisboa, Tipografia Maignrency, 1974, pp. 572-574; José Eduardo Horta Correia, *Liberalismo e Catolicismo. O Problema Congreganista (1820-1823)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1974, pp. 261-263; Laurinda Abreu, “Um Parecer da Junta de Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares nas Vésperas do Decreto de 30 de Maio de 1834”, *In Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 117-130. Alguns trabalhos de investigação utilizaram documentação resultante da actividade da Junta para o estudo de diferentes realidades, como baterias de cozinha e boticas conventuais, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Para o estudo da bateria de cozinha conventual no início do século XIX”. *Lusíada, História*, série II,

regência na ilha Terceira (1832-1834) assistiu-se à supressão de diversas Casas no arquipélago, sendo os bens imóveis incorporados no património do Estado. Cimentado o regime liberal no continente, continuaram a ser tomadas medidas no mesmo sentido de que é exemplo a supressão dos conventos e mosteiros abandonados ou que tivessem albergado apoiantes de D. Miguel. Poucos dias depois, era publicado o decreto de 30 de Maio de 1834.

Com a extinção das Ordens Religiosas foram elaborados uma série de inventários das Casas suprimidas⁴. Com base num desses registos pretendemos dar a conhecer os bens móveis existentes no convento de Nossa Senhora do Cardal, tais como objectos pertencentes à igreja, à sacristia, ao refeitório, à cozinha e à enfermaria, avaliando o recheio da Casa e comparando-o com o de outros espaços conventuais da mesma Ordem. Através do estudo de um outro catálogo, não datado, tentaremos reconstituir e analisar a biblioteca daquela instituição.

2. O convento em estudo foi construído em Pombal. A vila que era comenda da Ordem de Cristo pertencia à Província da Estremadura, Comarca de Leiria, integrando no plano religioso o Arcediagado de Penela, Bispado de Coimbra⁵.

A fachada do templo barroco, que integrava o convento, pauta-se pela “vastidão dos paramentos, e na conjugação dos vãos com as cimalthas e os nichos ornamentais”⁶. No interior, de planta cruciforme, sobressai a robustez da construção. As linhas das abóbadas, arcos das capelas, os caixilhos de portas e janelas, bem como os cunhais e a sanca são em pedraria, sendo que o transepto e a capela-mor apresentam abóbadas de meia cúpula⁷.

Os fundamentos e alicerces da igreja e convento de Nossa Senhora do Car-

n.º 4, Lisboa, 2007, pp. 205-225; Ricardo Pessa de Oliveira, “Para o Estudo da Saúde Conventual no início do século XIX: as boticas”, Texto apresentado ao XXVIII Encontro da Associação de História Económica e Social (APHES), o qual teve lugar em Guimarães, Portugal, nos dias 21 e 22 de Novembro de 2008 e a ser publicado *in Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, Madrid, [no prelo].

⁴ Alguns dos inventários encontram-se publicados cf. Alice Correia Godinho Rodrigues, Manuel Augusto Rodrigues, “O Convento de Santo António de Penela – O Inventário dos seus Bens ao Tempo da sua Extinção (1834)”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. IV, Coimbra, 1982, pp. 85-129; Alice Correia Godinho Rodrigues, “O Convento de Santo António da Pedreira de Coimbra. Inventário dos seus Bens ao Tempo da sua Extinção (1834)”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. IV, Coimbra, 1982, pp. 135-207.

⁵ Sobre o arcediagado de Penela cf. António Brásio, “Arcediagado de Penela” *Actas do Colóquio Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1975, pp. 321-327; Maria Alegria Fernandes Marques, “O Arcediagado de Penela na Idade Média. Algumas Notas”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 8, Coimbra, 2008, pp. 97-143.

⁶ Gustavo de Matos Sequeira, *Inventário artístico de Portugal*, V volume, *Distrito de Leiria*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1955, p. 108.

⁷ Gustavo de Matos Sequeira, *Inventário*[...], p. 108; *Terras da Nossa Terra. Esboço Histórico de Pombal*, Porto, [s.n.], 1990, p. 23.

dal datam de 28 de Maio de 1686⁸. A obra foi mandada erigir por D. Luís de Vasconcelos e Sousa Gomes, 3.º Conde Castelo Melhor e 6.º Conde da Calheta, alcaide-mor e comendador de Pombal. Para a nova igreja pretendia trasladar a imagem da Senhora do Cardal e os restos mortais de seus pais, desejando ainda que o templo servisse de sepulcro a si próprio e a seus descendentes. Concomitantemente, edificou “hum pequeno convento em que assistissem para honra sua [Senhora do Cardal] athe quatorze religiosos, o qual offereceu a Congregação dos Conegos Seculares de São João Evangelista”⁹. O templo parece ter sido destinado em primeiro lugar aos padres Bernardos¹⁰. Contudo, não seriam estes, nem os Lóios, a ocupar a Casa¹¹ mas sim os religiosos franciscanos da Província de Santo António de Portugal, os quais tomaram posse do imóvel no ano de 1707, em virtude do parecer do padre frei João de São Diogo¹².

No início do século XIX, a maior parte do clero regular era constituído pelas

⁸ Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Informações Paroquiais de 1721, doc. 200; Joaquim Eusébio, *Pombal 8 séculos de História*, 2.ª edição, Pombal, Câmara Municipal de Pombal, 2007, pp. 116 e 313.

⁹ Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo (AN/TT), Ordem dos Frades Menores (OFM), Província de Santo António, Convento de Nossa Senhora do Cardal, maço 23, documento não numerado, não datado. Segundo os *Estatutos* de 1737, o convento do Cardal tinha capacidade para sustentar comodamente 14 religiosos, cf. *Estatutos da província de S. Antonio dos Capuchos do reyno de Portugal, feitos em virtude de hum breve do Senhor P. Urbano VIII, condedido à mesma província por ordem do capitulo provincial celebrado em o Convento de S. Antonio da Castanheira aos 22 de Agosto de 1733*, Lisboa Ocidental, Oficina da Congregação do Oratório, 1737, p. 194. Não obstante, períodos houve em que este número foi ultrapassado. Por exemplo a 15 de Janeiro de 1805, o convento era habitado por 15 frades, cf. Lisboa, AN/TT, Ordem Frades Menores (OFM), Província de Santo António de Portugal, maço 8, macete 5.

¹⁰ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano, e Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora*, tomo IV, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1712, p. 470.

¹¹ A 1 de Julho de 1698, foi concedido alvará régio para um convento de cônegos regulares de São João Evangelista em Pombal, cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja* [...], vol. II, Porto, Lisboa, Civilização, 1968 p. 168. Segundo H. de Carvalho, A. de Macedo, *Breve Notícia das Diferentes Terras de Portugal por onde passam os Caminhos-de-ferro: Pombal*, Coimbra, Imprensa Literária, 1867, p. 13, os cônegos regulares de São João Evangelista rejeitaram o convento “por a cerca não ter a área que exigiam”. Sobre os vários conventos oferecidos à Congregação de São João Evangelista e que por motivos vários ficaram sem efeito cf. Francisco de Santa Maria, *O Ceo na Terra. História das Sagradas Congregações dos Conegos Seculares de S. Jorge em Alga de Venesa & de S. João Evangelista em Portugal*, tomo I, Lisboa, Oficina de Manuel Lopes Ferreira, 1697, pp. 538-542.

¹² Frei Apolinário da Conceição, *Claustro Franciscano, erecto no dominio da Coroa Portuguesa, e estabelecido sobre dezeseis Venerabilissimas Columnas. Expoem-se sua origem, e estado presente. A dos seus conventos, e mosteiros, annos de suas Fundações, numero de Hospícios, Prefecturas, Recolhimentos, Parroquiais, e Missoens, dos quaes se dá individual noticia, e do numero de seus Religiosos, Religiosas, Terceiros, e Terceiras, que vivem Collegiadamente, tanto em Portugal, como em Suas Conquistas*, Lisboa Ocidental, Oficina de António Isidoro da Fonseca, 1740, p. 48.

várias Províncias, Custódias e Seminários de Franciscanos¹³. A Província a que pertencia o convento em análise fora fundada a 8 de Agosto de 1568 por bula de Pio V¹⁴. Em 1705, por desdobraimento desta, foi criada a da Conceição que ficou com os conventos a Norte do Mondego, com a excepção do convento de Nossa Senhora da Conceição, em Cantanhede¹⁵. A jurisdição da família franciscana de Santo António passou a compreender 15 conventos, oito missões, duas enfermarias e um colégio, sendo cabeça o de Santo António de Lisboa. O mais antigo era o de Santo António da Castanheira, no qual eram celebrados os capítulos¹⁶. Nas tábuas dos capítulos o convento do Cardal ocupava a 13.^a posição, estando hierarquicamente atrás do convento de Santo António de Penela e à frente do colégio de Santo António da Pedreira, em Coimbra¹⁷.

Em documento não datado, mas que pensamos ser do ano de 1707, temos notícia da ida do padre secretário da Província de Santo António à vila de Pom-bal. O religioso devia falar particularmente com o doutor Mateus das Neves “porque elle corre com as obras athe agora” e com o mestre da obra João Rodrigues: “este mestre tem commeçado esta obra, e ninguem della poderá dar melhor informação do que elle tanto no estado em que esta, e o que se há de fazer e o que he necessario para se fazer”¹⁸. Pretendia, pois, saber-se o estado e andamento da construção, possivelmente de forma a preparar a vinda dos religiosos e assegurar que a obra avançava respeitando o capítulo XXXXVIII dos *Estatutos*, respeitante aos edifícios das casas¹⁹. Segundo o autor do *Santuário Mariano* a obra “tem custado huma grande soma de mil cruzados em que tambem tem sua parte não só os moradores da Villa, mas os do termo; porque todos concorrerão segundo a sua possibilidade, pela affectuosa devoção, que todos têm para com aquella milagrosa Senhora”²⁰. Os Capuchos tomaram posse do convento em 1708, “& agora vão

¹³ Paulo Drumond Braga, “Igreja [...]”, p. 325; Sobre os franciscanos em Portugal cf. António Montes Moreira, “Franciscanos”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. C-I, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, pp. 273-280.

¹⁴ Frei Apolinário da Conceição, *Claustro Franciscano* [...], p. 28.

¹⁵ António Montes Moreira, “Franciscanos [...]”, p. 375.

¹⁶ Frei Apolinário da Conceição, *Claustro Franciscano* [...], pp. 46-49.

¹⁷ Frei Apolinário da Conceição, *Claustro Franciscano* [...], pp. 47-49. Também na *Taboa do Capitulo Provincial*, celebrado a 29 de Maio de 1830, o convento do Cardal surge enumerado na 13.^a posição, cf. Frei Fernando Félix Lopes (OFM), *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. I, *Fontes Históricas e Bibliografia Franciscana Portuguesa*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1997, p. 90.

¹⁸ Lisboa, AN/TT, OFM, Província de Santo António, Convento de Nossa Senhora do Cardal, maço 23, documento não numerado, não datado.

¹⁹ *Estatutos da Provincia de Santo Antonio dos Capuchos do reyno de Portugal, feitos em virtude de hum breve do Senhor Papa Urbano VIII, condedido à mesma Provincia por ordem do Capitulo Provincial celebrado em o Convento de Santo Antonio de Lisboa aos 5 de Janeiro de 1669 [...] e aprovados em Capitulo Provincial celebrado em o Convento de Santo Antonio da Castanheira aos 4 de Julho de 1672 [...]*, Lisboa, António Craesbeck de Mello, 1673, pp. 81-82.

²⁰ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário* [...], pp. 469-470. As freguesias do termo eram à data Santiago de Litém e Vila Cã, cf. Ricardo Pessa de Oliveira, Saul António Gomes,

dispondo a sua vivenda”²¹. Importa referir que no ano de 1720 o convento “principiou a ter Guardião, pois até este anno o Prelado era sómente Presidente”²².

3. No dia 4 de Julho de 1834, o juiz Luís Cândido Migueis de Carvalho e Brito, dirigiu-se ao convento do Cardal tendo tomado posse do edifício e da cerca com todas as suas pertenças²³. A 27 de Junho desse ano, havia já procedido ao inventário de todos os bens e mais objectos pertencentes àquele espaço. As imagens e alfaias religiosas pertencentes ao culto foram entregues a 17 de Julho, ao vigário de Pombal frei Arcanjo Vaz Monteiro, arcepreste do Bispado de Coimbra, e ao secretário padre Teotónio José Domingues, nomeados pelo governador do Bispado para receberem e arrecadarem as alfaias e imagens existentes²⁴. Entre estas contavam-se vasos de prata (dois), cálice de prata (um), âmbula dos Santos Óleos (um), turíbulo (um), chave do sacrário em prata (um) e vaso de comunhão (um). Foram inventariadas cinco imagens religiosas: Nossa Senhora e sua casula, São Luís, São Boaventura, Senhor dos Aflitos e uma imagem sem título, existindo ainda três painéis do Evangelho.

A 17 de Julho de 1834, foi feito termo de avaliação pelos louvados José Rodrigues Viana e Francisco Cunha, oficiais de carpinteiro de Pombal, Joaquim Lopes e Manuel João oficiais de pedreiro, o primeiro de Pombal, o segundo do lugar dos Vicentes e os fazendeiros Jorge Rodrigues e José Domingues ambos moradores na vila. A Casa, excepto sacristia, igreja e claustros, foi avaliada em 4.800.000 réis, enquanto a cerca, “do muro junto as Larangeiras para a parte da cerca” foi estimada em 480.000 réis²⁵. Comparando a avaliação do convento do Cardal com o de Santo António de Penela e o homónimo de Pedreira verificamos que os valores atribuídos ao edifício e cerca do Cardal são superiores. A Casa de Penela “limitada a Nascente Sul pela cerca e a Norte com o caminho público” foi estimada em 200.000 réis, as “terras da cerca e a vinha” em igual quantia e a mata pegada ao Convento em 400.000 réis²⁶. Já o edifício do colégio de Santo António

Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas, 9, Pombal, Coimbra, Pombal, Centro de História da Sociedade e da Cultura; Palimage Editores, [no prelo].

²¹ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário* [...], p. 470. Joaquim Eusébio referiu que os religiosos apenas ocuparam o convento no ano de 1709, tendo o antístite de Coimbra, D. António de Vasconcelos e Sousa presidido em Julho desse ano, à criação do templo, cf. Joaquim Eusébio, *Pombal* [...], p. 116. Ora o que se passou em 27 de Julho de 1709, foi a trasladação da imagem da Senhora “da sua antiga Ermida para o seu novo Templo, em que assistio o Illustrissimo Bispo Conde Dom Antonio de Vasconcellos, & seu irmão o Conde de Castello Melhor, & seus filhos o Conde da Calheta, & Dom Bernardo de Vasconcellos, & seus sobrinhos”, cf. Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário* [...], p. 472.

²² Frei Apolinário da Conceição, *Claustro Franciscano* [...], p. 48.

²³ Lisboa, AN/TT, Arquivo Histórico Ministério das Finanças (AHMF), Convento Nossa Senhora do Cardal, Pombal, cx. 2244.

²⁴ Lisboa, AN/TT, AHMF, Convento Nossa Senhora do Cardal, Pombal, cx. 2244, fls. 8v-10.

²⁵ Lisboa, AN/TT, AHMF, Convento Nossa Senhora do Cardal, Pombal, cx. 2244, fls. 7v-8v.

²⁶ Alice Correia Godinho Rodrigues, Manuel Augusto Rodrigues, “O Convento de Santo António de Penela [...]”, p. 97.

da Pedreira foi avaliado em 2.400.000 réis²⁷.

Compunham o património móvel da Casa, além dos já mencionados vasos sagrados e paramentos destinados ao culto divino, objectos talhados à arrecadação, à conservação, à confecção e ao consumo de alimentos, livros, mobílias e roupas. No que ao imóvel diz respeito o documento refere vários espaços do convento. No interior do edifício existiam claustros, cozinha, enfermaria e refeitório. No exterior a cerca, onde estavam poço, nora e currais²⁸. Segundo um documento da segunda metade do século XVIII, “a capacidade do edifício he em tudo completa e as suas officinas á porpoção [*sic*]. Tem 22 cellas, e são nelle moradores 20 religiosos”²⁹.

O mobiliário da Casa inventariado compreendia 15 mesas: seis de pinho pertencentes ao refeitório, uma de madeira pintada estimada em 320 réis, duas mesas avaliadas cada uma em 120 réis, igual número em pinho no valor de 160 réis, uma mesa velha do mesmo material tida em 80 réis, outra que servia de gavetão na sacristia, uma com gavetas avaliada em 400 réis e outra com apenas uma gaveta calculada em 240 réis. Entre bancos e cadeiras contavam-se 24 exemplares, a saber 12 bancos de cama em pinho no valor de 600 réis, oito cadeiras usadas em madeira estimadas em 640 réis, três bancos de encosto a 480 réis e uma cadeira em pinho a 20 réis. Foi ainda inventariada uma estante de pinho.

Entre os têxteis foram enumeradas peças de vestuário, vestimentas religiosas, a par de roupa de cama e de mesa. A indumentária catalogada era constituída por camisolas (três), capuzes (dois), cordão de algodão (um), cuecas (quatro), hábitos (três) e túnicas (duas). No que respeita a vestimentas religiosas foram catalogadas: alva de linho (um), bolsa de corporais (um), capa de asperges (uma), casula (uma), corporais com pala (dois), estolas (cinco), pala de damasco de seda encarnada (uma), sobrepeliz de linho (uma), toalhas (quatro), vestimentas (duas) e véus de seda (três). Foram ainda assinalados frontais (dois) e uma cortina de damasco. Relativamente à roupa de cama foram relacionadas fronhas (uma), travesseiros (dois) e trouxas de retalhos de burel (sete), sendo ainda registado um enxergão. Guardanapos (dois) e toalhas (três) constituíam a roupa de mesa do convento.

Os objectos da cozinha, da enfermaria e do refeitório, que era adornado por um crucifixo e por uma santa, possivelmente uma imagem de Nossa Senhora, foram arrolados sem ser feita referência à divisão a que pertenciam. Desta forma,

²⁷ Alice Correia Godinho Rodrigues, “O Convento de Santo António da Pedreira [...]”, p. 147.

²⁸ De notar a ausência de animais entre os bens inventariados em Pombal. Já em Penela o convento da vila era proprietário de dois porcos e de um macho pardo, cf. Alice Correia Godinho Rodrigues, Manuel Augusto Rodrigues, “O Convento de Santo António de Penela [...]”, p. 97.

²⁹ Lisboa, AN/TT, OFM, Província de Santo António, maço 6, macete 1, fl. 2. O documento intitulado *Mappa dos Conventos que formão a Província de Santo Antonio de Portugal, e do mais que com o numero delles se deve declarar, segundo as Ordens de Sua Magestade*, não se encontra datado, sendo que a única data mencionada no documento é a de 23 de Outubro de 1762. Como se comprova o número de frades previsto pela lei estatutária foi também neste período ultrapassado.

apareceram amalgamados objectos pertencentes aos diferentes espaços. Nesta secção do inventário surgiram ainda pertences que, tendo em conta registos de outras Casas, integravam normalmente a adega e a ucharia. Foram registadas bacias (uma), cálices (um), canecas (18), canecos (um), cântaros (um), chávenas (oito), colheres (10), copos de vidro (seis), facas (duas), funis (um), garfos (três), lata de loiça de Flandres (um), pires (um), pratos (quatro), púcaros (um), talhas de barro (dois), terrinas (uma) e tigelas de caldo (três). Da bateria de cozinha faziam ainda parte almotolias (duas), asado de barro (um), bules de chá (dois), caçarola (uma), crivo (um), galhetas (umas), garrafão (um), garrafas (três), leiteira (uma), panela (uma), peneiras (três), salgadeiras (duas) e testos (dois). De notar a ausência de almofarizes, chocolateiras, espetos e grelhas, instrumentos constantes da cozinha conventual do início do século XIX³⁰, bem como de alguidares, caldeirões, escumadeiras e trempes. Comparando a bateria de cozinha de Nossa Senhora do Cardal com as do Convento de Santo António de Penela e do Colégio de Santo António da Pedreira, em Coimbra, conclui-se que a cozinha mais bem recheada seria a do convento de Penela onde existiam alguidares (dois), almofariz (um), almotolia (uma), bule (um), caçarola (uma), cafeteira (uma), caldeiras (duas), caldeirões (dois), chocolateira (uma), colheres (duas), escumadeira (uma), espetos (dois), gamela (uma), leiteira (uma), panelas (duas), púcaro (um), quartas de cobre (duas), tachos (três), tenaz (uma) e trempes (duas)³¹. Mais modestas seriam as do convento de Pombal e a do colégio de Santo António da Pedreira de Coimbra. Nesta última existiam alguidares (dois), caçarolas (cinco), caldeirão (um), celhas (duas), chocolateira (uma), escumadeiras (duas), frigideira (uma), gancho de ferro (um), panelas (três), púcaro de cobre (um), tachos (três), tampas (duas) e trempes (duas)³².

Em Nossa Senhora do Cardal entre os bens que provavelmente pertenceriam à adega e à ucharia contavam-se utensílios vinícolas, tais como aduelas (20), balseiro (um), odres (quatro), pipas (duas), pipote (um) e quartas de ter vinho (duas). Para os trabalhos agrícolas levados a cabo na cerca existiam açafate (um), balde (um), canastras (duas), fole (um), machado (um), regador (um), e ainda objectos destinados a trabalhos de carpintaria de que são exemplos escopro (um), mechas (três), tábuas (nove) e verruma (uma).

De referir que a maioria dos bens registados estaria em boas condições, sendo apenas mencionado o estar quebrada uma panela e serem velhas as salgadeiras. Por outro lado, importa mencionar a inventariação de objectos de culto e praticas religiosas junto com os bens de cozinha, refeitório e enfermaria, como foram duas panelas de lata do peditório, uma caixa para hóstias e uma matraca³³.

³⁰ Cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "Para o estudo [...]", p. 209.

³¹ Alice Correia Godinho Rodrigues, Manuel Augusto Rodrigues, "O Convento de Santo António de Penela [...]", p. 99.

³² Alice Correia Godinho Rodrigues, "O Convento de Santo António da Pedreira [...]", pp. 145-146.

³³ Instrumento de pedaços de pão, que meneados fazem roído. Nos Conventos serve de despertar a[s] matinas, & na semana Santa serve em lugar de sino desde Quinta feira de Endoenças até à manhã do Sabbado Santo [...] cf. Padre D. Rafael Bluteau, *Vocabulário*

Por fim, foram arrolados 18 castiçais para iluminação do convento e três sinos pertencentes à torre da igreja³⁴.

Entre os bens inventariados apenas uma parte foi alvo da apreciação dos louvados. O valor total do recheio tido em consideração importou em 13.450 réis, sendo que os objectos tidos em maior monta foram duas pipas, avaliadas em 2.000 réis. Comparando a quantia total dos bens existentes em Pombal com os de outras Casas da mesma Província verifica-se que a verba ficou muito aquém da avaliação dos bens dos conventos de Penela e de Pedreira, onde os bens foram louvados em 62.650 réis e 59.473 réis respectivamente.

Do destino deste património apenas conseguimos averiguar que os objectos preciosos foram entregues a 16 de Março de 1836, na secretaria do Governo Civil de Leiria “para terem o destino que superiormente lhe foi marcado”³⁵.

4. A análise do inventário evidencia o número reduzido de alguns objectos, de que pratos, facas e garfos são exemplos. Teria o convento apenas quatro pratos de loiça fina avaliados cada um em 10 reis? Certamente que não. São conhecidos os roubos e extravios que os bens dos extintos conventos sofreram³⁶. Várias hipóteses poderão explicar a escassez de objectos. A vila foi fortemente afectada pela terceira invasão francesa³⁷, tendo sido o convento, à semelhança de muitos

Portuguez e Latino [...], tomo V, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1716, p. 366.

³⁴ Mais tarde, a 22 de Junho de 1836, foi remetido um ofício aos Administradores dos Concelhos de Alcobaça, Batalha, Évora, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Pedrógão Grande, Pombal, Porto de Mós e Caldas no qual era solicitada uma relação dos sinos pertencentes às Casas extintas “que se achão sem uso e nos termos de se proceder à sua venda, declarando o local em que se achão, o seu peso, e avaliação respectiva [...] a fim de ter lugar a sua prompta venda”, cf. Leiria, ADL, Governo Civil, Copiadores de Registo de Correspondência de Administradores de Concelho, Dep. III, 10-D-4, 2.º Trimestre de 1836, Ofício n.º 173, fl. 40v. O Administrador do Concelho de Pombal referiu não poder satisfazer ao pedido por não existirem no Concelho indivíduos capazes de levar a cabo “aquelles trabalhos com conhecimento de causa”, cf. Leiria, ADL, Governo Civil, Copiadores de Registo de Correspondência de Administradores de Concelho, Dep. III, 10-D-4, 2.º Semestre de 1836, Ofício n.º 16, fls.5-5v. Perante a realidade foi-lhe ordenado que, sem mais demoras, fizesse remeter os sinos para o porto de São Martinho ou para o da Figueira para serem embarcados em “quaesquer navios do Estado que ali aportem, a fim de serem conduzidos ao Arzenal do Exército em Lisboa”, cf. Leiria, ADL, Governo Civil, Copiadores de Registo de Correspondência de Administradores de Concelho, Dep. III, 10-D-4, 2.º Semestre de 1836, Ofício n.º 16, fls.5-5v.

³⁵ Leiria, Arquivo Distrital de Leiria (ADL), Governo Civil de Leiria, Copiadores de Registo de Correspondência de Câmaras Municipais, Dep. III 1-C-3, Ofícios para os Administradores de Concelho. 1.º Semestre 1836, Ofício n.º 180, fl. 88v.

³⁶ A propósito do desvio e roubo dos livros das livrarias conventuais cf. Paulo J. S. Barata, *Os Livros e o Liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública, uma alteração de paradigma*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2003, pp. 138-159.

³⁷ Sobre a temática cf. António Pires Nunes, “A Terceira Invasão Francesa”, *Nova História Militar de Portugal*, direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 3, coordenação de Manuel Themudo Barata, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 90-147. Sobre as invasões francesas no actual concelho de Pombal cf. Joaquim Eusébio,

outros, ocupado por tropas nacionais e estrangeiras³⁸. Muitas foram as pilhagens perpetradas pelos Franceses na região de Pombal. Na *Relação das mortes, roubos, incendios, dezacatos e outras atrocidades perpetradas pelos Francezes na proxima Invasão na freguezia de Pombal*, redigida a 8 de Junho de 1811, pelo vigário encomendado José Duarte não foi referido nada de concreto sobre o convento, somente que “as [casas] que não arderão ficarão infinitamente arruinadas, podendo dizer-se que dellas existem apenas as paredes. Tal foi a sorte da igreja parochial desta freguezia e dos outros templos”³⁹. Já no Louriçal o vigário da vila, Luís António dos Santos e Sousa, mencionou a 31 de Maio de 1811, que o convento Real do Santíssimo Sacramento “foi tão estragado que muito dificultosamente poderão em algum tempo reparar-se tão grandes ruínas. A decência não permite referir os vergonhosos insultos com que ali forão tratadas as sagradas imagens”⁴⁰.

Aquando da extinção das Casas religiosas e conseqüente abandono das mesmas ocorreram desvios de bens móveis por parte dos próprios egressos. Livros, quadros e objectos sacros foram desviados⁴¹. Mesmo antes da extinção são conhecidos casos de frades que cometeram roubos dentro dos seus conventos, como aconteceu com um religioso de São Francisco de Xabregas que furtou a obra *Ars Moriendi* e depois a vendeu ao livreiro francês Plantier⁴². Escondidos e

Pombal [...], pp. 154-164.

³⁸ Cf. António Montes Moreira, “Franciscanos [...]”, p. 277. Jean-Baptiste Antoine Marcelin, Barão de Marbot referiu que em Outubro de 1810, chegando o exército francês a Pombal, concretamente ao convento dos Capuchos, encontrou o túmulo de Carvalho e Melo “saqueado pelos soldados do exército inglês que ficaram para trás. Eles abriram o caixão e atiraram os ossos aos pés dos cavalos instalados no interior do vasto mausoléu transformado em cavaleriça. Oh vaidade das coisas humanas! Era aí que jaziam no lodo alguns dos raros restos do grande ministro destruidor dos Jesuítas, quando o marechal Massena e o seu Estado-Maior visitaram o seu túmulo vazio desde então”, cf. General Barão de Marbot, *Memórias sobre a 3.ª Invasão Francesa*, Introdução de António Ventura, Lisboa, Caleidoscópio, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006, pp. 74-75. Outro autor indicou que a profanação do túmulo ficou a dever-se ao exército invasor, que da igreja do convento fez caserna, cf. *A Defesa*, n.º 777, de 22 de Agosto de 1909; Joaquim Eusébio, *Pombal* [...], p. 135. De acordo com uma terceira versão os restos mortais de Carvalho e Melo foram poupados pela “invasão franceza, cujo general escreveu sobre o tumulo estas palavras: Respectez ce tombeau. [...] Não o poupou porém a ambição e rapina, porque os frades, regressando ao mosteiro, encontraram o caixão arrombado, e dispersos aqui e alli os venerandos ossos”, cf. H. de Carvalho, A. de Macedo, *Breve Notícia* [...], pp. 25-26. As diferentes versões do mesmo acontecimento não permitem apurar o responsável pelo desacato, mas possibilitam constatar dois pormenores, por um lado o abandono do convento por parte dos religiosos, por outro a destruição e provável roubo de que foi alvo o convento. Sobre o abandono das Casas religiosas, cf. por exemplo a relação do que se passou no mosteiro do Lorvão durante as três Invasões Francesas em Augusto Mendes Simões de Castro, “O Mosteiro de Lorvão e as Invasões Francesas”, *O Instituto*, vol. 73, n.º 5, [s.l.], 1926.

³⁹ Coimbra, AUC, Cat-Cor.B.Pimenta, doc. 123.

⁴⁰ Coimbra, AUC, Cat-Cor.B.Pimenta, doc. 119.

⁴¹ Paulo J. S. Barata, *Os Livros* [...], pp. 141 e 181.

⁴² Paulo J. S. Barata, *Os Livros* [...], p. 156.

roubados foram igualmente muitos objectos de ouro, de prata e jóias⁴³. Em ofício do administrador do concelho de Pombal para o sub perfeito da comarca de Leiria, de 24 de Agosto de 1835, o primeiro informava que não encontrara os papéis de crédito do extinto convento porque “se algum havia, com elles frades desaparecerão porque como elles e a tropa Miguelista delapidarão tudo tambem farião o mesmo aos papeis se acazo os havia”⁴⁴. Portanto, ao que os egressos levarão no momento em que abandonaram o edifício, é necessário juntar os roubos cometidos pelas forças absolutistas, que pelo menos em 1826, comandadas pelo marechal de Álvaro de Povoas, estiveram próximas da vila⁴⁵. Passou por Pombal em Agosto de 1833, a famosa migração Miguelista que se seguiu à entrada dos liberais na cidade de Lisboa a 24 de Julho. Francisco de Paula Ferreira da Costa integrou o êxodo. Sobre o convento escreveu: “não havia mais que um religioso e ali se fez no pátio o jantar [...] e jantámos todos no refeitório. Procurou depois cada um acomodar-se da melhor maneira que lhe foi possível e como havia poucas camas, muito receio dos ares da terra e tencionávamos por isso sair muito cedo, ficaram uns no chão, outros sobre bancos, tendo eu de ceder um que já havia escolhido, a Frei Álvaro Vahia e ir dormir com meu filho e um venerável religioso Bernardo [...] para o Coro, estendidos no chão e fazendo cabeceira de Breviários muito volumosos que nele encontrámos”⁴⁶.

Mas outras hipóteses seriam plausíveis tais como desvios e omissões de determinadas peças levados a cabo pelas autoridades encarregues de realizar os inventários. A este respeito há que referir a ausência do relógio da torre do edifício no inventário, mecanismo que segundo o administrador do concelho de Pombal não pertencia ao convento. A 11 de Fevereiro de 1836, foi ofício ao referido administrador para que este fosse servido enviar “a esta secretaria [Governo Civil de Leiria] documento com que se prove não ser o dito relógio pertence do referido convento; e que no cazo que não seja possível obter tal documento se sirva proceder na avaliação do dito relógio como lhe foi indicado no officio de 11 de Janeiro ultimo na certeza de que nem por isso se deva julgar que a povoação dessa vila fique delle privado huma vez que a elle tenha direito”⁴⁷.

O abandono a que o edifício ficou sujeito entre a saída dos Capuchos e a inventariação, avaliação, arrecadação e venda dos pertences deverá ser igual-

⁴³ Luís Espinha da Silveira, “A Venda dos Bens Nacionais (1834-43): uma primeira abordagem”, *Análise Social*, vol. XVI, (61-62), Lisboa, 1980, 1.º-2.º, pp. 94-95.

⁴⁴ Ofício de Administrador do Concelho de Pombal para o Sub Perfeito da Comarca de Leiria de 24 de Agosto de 1835 *apud* Joaquim Eusébio, *Pombal* [...], p. 171. O documento encontra-se mal citado na monografia pelo que não nos foi possível localizá-lo no ADL.

⁴⁵ Joaquim Eusébio, *Pombal* [...], p. 166.

⁴⁶ O receio dos ares da terra era motivado pela cólera morbus que alastrada na vila, cf. Francisco de Paula Ferreira da Costa, *Memórias de um Miguelista 1833-1834*, prefácio, transcrição, actualização ortográfica e notas de João Palma-Ferreira, Lisboa, Editorial Presença, 1982, pp. 61-62.

⁴⁷ Leiria, ADL, Governo Civil de Leiria, Copiadores de Registo de Correspondência de Câmaras Municipais, Dep. III 1-C-3, Ofícios para os Administradores de Concelho. 1.º Semestre 1836, Ofício n.º 89, fls. 65-65v.

mente tido em conta. A Casa não estaria nas melhores condições pelo que, a 26 de Dezembro de 1835, Manuel José de Oliveira, administrador do concelho de Pombal, informou o governador civil de Leiria da necessidade de se fazerem alguns reparos. Para que o edifício “se não torne num montão de ruínas he d’absoluta necessidade trez portas que pelas tropas forão quebradas, e que com pouco trabalho os rapazes abrem, e outras vezes algumas janellas, e vão fazer no interior do convento toda a qualidade de despropozito, como o roubar taboas, ferragens, portas [...]”⁴⁸. O administrador já havia patrocinado obras no edifício porém “a última passagem de tropa nesta villa deu lugar a novos roubos que não posso remediar à minha custa”⁴⁹. As obras de restauro foram orçamentadas em 62.400 réis⁵⁰. Pelo referido constatam-se mais uma vez roubos perpetrados quer por jovens da vila quer por soldados.

Para por cobro ao abandono do edifício depressa se pretendeu conceder novas finalidades ao mesmo. Em Julho de 1835, a Câmara Municipal de Pombal solicitou a Casa dos Capuchos para o estabelecimento de um quartel⁵¹. Não conseguimos apurar se o convento foi de facto aquartelamento. No entanto, se tal se verificou, foi algo efémero. A 25 de Junho de 1839, o juiz de Direito da comarca de Pombal fez uma representação à câmara dos deputados a fim de ser concedido o extinto convento para casas das audiências do julgado⁵² e, a 9 de Julho do mesmo ano, diligenciou-se no sentido de se verificar se o edifício era recomendável para decorrerem nele as sessões da Câmara Municipal, para albergar o juiz de Direito da comarca e ainda se haveriam casas suficientes e de segurança própria para cadeias⁵³. O edifício acabaria por ser cedido para nele decorrerem as sessões da Câmara, enquanto a cerca foi adjudicada para servir de cemitério⁵⁴.

5. O património móvel dos conventos era igualmente constituído por livros, sendo que a quantidade e a qualidade do seu acervo conferiam prestígio às Casas religiosas. As livrarias conventuais contavam-se de facto entre as de maior vulto,

⁴⁸ Leiria, ADL, Governo Civil, Correspondência de Administradores de Concelho, Dep. III 47-D-1, (1832-1837), documento avulso, datado de 26 de Dezembro de 1835; Leiria, ADL, Governo Civil, Copiadores de Registo de Correspondência de Administradores de Concelho, Dep. III, 10-B-4, 4.º Trimestre 1835, Ofício n.º 250, fl. 47v.

⁴⁹ Leiria, ADL, Governo Civil, Correspondência de Administradores de Concelho, Dep. III 47-D-1, (1832-1837), documento avulso.

⁵⁰ Leiria, ADL, Governo Civil, Copiadores de Registo de Correspondência de Administradores de Concelho, Dep. III 11-C-3, 1.º Semestre 1836, Ofício n.º 188, fl. 90.

⁵¹ Leiria, ADL, Governo Civil, Copiadores de Registo de Correspondência de Câmaras Municipais, Dep. III 11-C-3, Ofício n.º 34, fl. 6v.

⁵² Leiria, ADL, Governo Civil, Copiadores de Registo de Correspondência de Câmaras Municipais, Dep. III 11-D-2, 3.ª repartição Câmaras 1838-42, Ano 1839, Ofício n.º 281.

⁵³ Leiria, ADL, Governo Civil, Copiadores de Registo de Correspondência de Câmaras Municipais, Dep. III 11-D-2, 3.ª repartição Câmaras 1838-42, Ano 1839, Ofício n.º 291.

⁵⁴ Leiria, ADL, Governo Civil, Copiadores de Registo de Correspondência de Câmaras Municipais, Dep. III 11-D-2, 3.ª repartição Câmaras 1838-42, Ano 1840, Ofício n.º 65; Leiria, ADL, Governo Civil, Correspondência de Câmaras Municipais, Dep. III 51-B-1 (1832-1852), documento avulso, datado de 4 de Agosto de 1841.

sendo algumas delas comparáveis às Reais e à da Universidade de Coimbra⁵⁵. Os conventos da Província de Santo António dos Capuchos deveriam possuir livrarias onde estivessem “todos os livros do convento, de que avera inventario, por onde conste dos que nellas estão [...] e nesta morará o Pregador da Casa [...]”⁵⁶. Os provinciais deviam prover tais espaços “dos Livros necessarios, principalmente dos Escriitturarios, Predicativos, e Moraes”⁵⁷.

O inventário de 1834 não catalogou a livraria do convento do Cardal, apenas deu conta dos livros de missa e de coro: quatro *Breviários*, um *Missal*, um *Discurso sobre a História Eclesiástica*, um livro *Cantochão de Coro*, um *Martirologio Romano*, um *Ritual Romano*, um *Decreto Autêntico*, um *Theatro ecclesiastico*⁵⁸, um *Director Fúnebre*, um *Ofício Omnia*, um *Cânticos Eclesiásticos* e um livro que serviria para determinados registos.

Um documento conservado na Biblioteca Nacional de Portugal, intitulado *Catálogo da livraria do convento de Nossa Senhora do Cardal*, permite conhecer a biblioteca do convento⁵⁹. O inventário, que não se encontra datado, nem assinado, permite identificar os formatos, os títulos das obras, os nomes e apelidos dos autores, bem como o número, os locais e os anos das edições. A ausência de obras

⁵⁵ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “As Realidades Culturais”, *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. VII, *Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coordenação de Avelino de Freitas de Meneses, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 534-536. São conhecidos alguns inventários e estudos de bibliotecas de conventos de Franciscanos. José Adriano de Freitas Carvalho, «*Nobres leteras*»...«*Fermosos volumes*»...*Inventários de bibliotecas dos franciscanos observantes em Portugal no século XV. Os traços de união das reformas peninsulares*, Porto, Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 1995. Sobre a livraria do Convento de Xabregas cf. Frei Fernando Félix Lopes (OFM), *Colectânea de Estudos* [...], vol. I, pp. 317-369. Sobre a do convento da Arrábida, um dos raros casos em que a livraria se manteve praticamente intacta até aos tempos que correm, cf. Ilídio Rocha, *Catálogo da Livraria do Convento da Arrábida e do Acervo que lhe estava anexo*, Catálogo, Introdução e Notas de [...], Lisboa, Fundação Oriente, 1994; José Adriano de Freitas Carvalho, “Recensão Crítica à Obra Ilídio Rocha, *Catálogo da Livraria* [...]”, *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e de Sentimento Religioso*, Porto, CIHEUP, vol. 1, 1994, pp. 213-223. Ilídio Rocha, “A Livraria do Convento da Arrábida”, *I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal*. Actas, Lisboa, Fundação Oriente, 1996, pp. 185-194; *Da Memória dos Livros às Bibliotecas da Memória*, vol. I, *Inventário da Livraria de Santo António de Caminha*, direcção de José Adriano de Freitas Carvalho, Porto, Centro Interuniversitário, de História da Espiritualidade, 1998; *Da Memória dos Livros às Bibliotecas da Memória*, vol. II, *Inventário da Livraria de Santo António de Ponte de Lima*, direcção de José Adriano de Freitas Carvalho, Porto, Centro Interuniversitário, de História da Espiritualidade, 2002.

⁵⁶ *Estatutos da Província de Santo Antonio* [...], 1673, p. 88. Cf. igualmente o capítulo XXXI dos *Estatutos da Província de Santo* [...], 1737, p. 58.

⁵⁷ *Estatutos da Província de Santo Antonio* [...], 1673, p. 88; *Estatutos da Província de Santo* [...], 1737, p. 58.

⁵⁸ Frei Domingos do Rosário, *Theatro ecclesiastico, em que se acham muitos documentos de canto-chão para qualq[ue]r pessoa dedicada ao cultodivino nos officios do coro, e altar*, Lisboa, Oficina Joaquiiniana da Musica de D. Bernardo Fernandez Gayo, 1743.

⁵⁹ Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Reservados, Mss. 2, n.º 4.

posteriores a 1763 poderá indicar que estamos perante um manuscrito da segunda metade do século XVIII. O número de edição, nos casos em que foi apontado, poderia fornecer pistas para a datação do documento, nomeadamente quando foi referido tratar-se de uma última edição. Assim, o convento possuía a de 1710, da *Polyanthea Mariana* de Hippolytus Marraccius⁶⁰, que no catálogo surge como sendo a mais recente. No entanto, sabemos da existência de pelo menos uma outra no ano de 1728⁶¹. O mesmo acontece por exemplo com as *Obras de Lorenzo Gracian* de que existia um exemplar de 1664, que se refere como sendo a última edição. Ora em 1669 e em 1674 foram impressas novas edições a primeira em Antuérpia, a segunda em Madrid⁶². Como tal estas informações não se revelam úteis no que toca à datação do manuscrito.

A livraria compreendia 335 obras, num total de 566 volumes⁶³, sendo 143 *in fólhos*, 131 *in* 4.º, 42 *in* 8.º, e 9 *in* 12.º, os restantes não tem indicação de formato. No que respeita à classificação das obras, o inventário está dividido em cinco secções: Teologia (262 obras, 455 volumes), Jurisprudência (quatro obras, 10 volumes), Filosofia (três obras, três volumes), História (45 obras, 74 volumes) e Belas Letras (21 obras, 24 volumes).

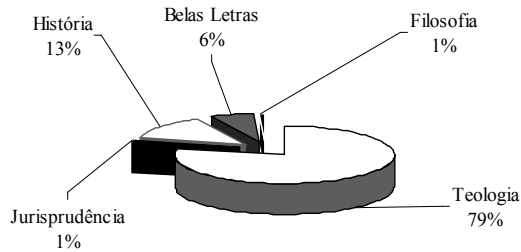
⁶⁰HippolytusMarraccius,*PolyantheaMariana,inqualibrisoctodecimDeiparaMariaeVirginis sanctissimanomina,celeberrima&innumerataudumencomiaaltissimaegratiarum,virtutum,&sanctitatisexcellantiae,&celestesdeniquepraerogativae&dignitates*,EditioNovíssima, Colonia Agrippina, apud Franciscum Metternich, 1710.

⁶¹Hippolytus Marraccius, *Polyanthea Mariana* [...], Editio Novíssima, Colonia Agrippina, apud Franciscum Metternich, 1728.

⁶²Baltasar Graçian, *Obras de Lorenzo Gracian*, Ultima impression mas corregida, y enriquezida de tablas, Madrid, Pablo de Val, a costa de Santiago Martin Redondo, 1664; Baltasar Graçian, *Obras de* [...],Amberes, en casa de Geronymo y Iuanbaut. Verdussen, 1669; Baltasar Graçian, *Obras de* [...], Madrid, Imprenta Real de la Santa Cruzada, a costa de Santiago Martin Redondo mercader de libros, 1674.

⁶³ Em seis obras não foi registado o número de tomos.

Gráfico 1
Temáticas da Livraria do Convento de Nossa Senhora do Cardal



Fonte: Lisboa, BNP, Reservados, Mss. 2, n.º 4⁶⁴.

Era uma pequena livraria conventual. Ainda assim possuía mais títulos do que os inventariados em 1834, nos conventos de Penela e Pedreira. A biblioteca do convento de Santo António de Penela era constituída por 417 volumes: 57 títulos em 220 volumes e 197 volumes de “livros de capa de papelão de diversos autores”⁶⁵. No edifício existiam ainda *Breviários* (dois), *Cadernos da Ordem* (dois), *Caderno de Missa de Defuntos* (um), *Cadernos de Ofício de Sepultura* (cinco), *Cerimonial* (um), *livros de Cantochão* (dois), livros para oração (um), *Manuais* (dois), *Martirologio* (um), *Missais* (cinco) e *Saltério* (um). A biblioteca do Convento de Santo António da Pedreira em Coimbra possuía 250 títulos em 855 volumes⁶⁶. No mesmo convento existia no coro uma estante para se porem os livros abertos, *Breviários* (cinco), *Martirologio* (um) e *Saltério* (um), enquanto na sacristia estavam *Missais* (três), *Livro de Cantochão* (um) e *Livro da Paixão* (um)⁶⁷. Já a livraria de Santo António de Ponte de Lima possuía cerca de 930 obras⁶⁸, e a de Caminha mais de 500 títulos⁶⁹.

⁶⁴ Nos gráficos e quadro que se seguem a fonte repete-se pelo que não voltara a ser indicada.

⁶⁵ Alice Correia Godinho Rodrigues, Manuel Augusto Rodrigues, “O Convento de Santo António de Penela [...]”, pp. 106-107.

⁶⁶ Alice Correia Godinho Rodrigues, “O Convento de Santo António da Pedreira [...]”, pp. 195-206.

⁶⁷ Alice Correia Godinho Rodrigues, “O Convento de Santo António da Pedreira [...]”, pp. 179, 184 e 186. Estes números parecem não corresponder à totalidade da biblioteca porquanto foi declarado existir “uma livraria que se compõe de muitos volumes da qual se tem feito discripção de uma grande parte. Parte cuja discripção se apensa a estes autos para nelles ser entranhada logo que ella se conclua [...]”, cf. *Idem, Ibidem*, p. 147.

⁶⁸ *Da Memória dos Livros* [...], vol. II, p. 10.

⁶⁹ *Da Memória dos Livros* [...], vol. I, p. XIII.

Entre as obras de teologia existentes no convento do Cardal contavam-se bíblias e comentários, obras de patrística, livros de devoção mariana, manuais de confesores, sermões, regras e cerimoniais. De entre os autores, destaque para António das Chagas, António Vieira, Bartolomeu do Quental, Carlos Borromeu, Cornelius Jansenius, Diogo de Cellada, Diego de Estella, Felix Potestas, Francisco Mendonça, Hipólito Marracci, Hugo de Santo Caro (cardeal), João de Ceita, João Duns Scotus, Luís de Granada, Manuel Bernardes, Nicolau de Lira e Rafael Bluteau. Em filosofia, secção parcamente representada, destaque para a *Filosofia Moralis* de Aristóteles⁷⁰. No ramo das belas letras evidencia para os dicionários de Ambrósio Calepino⁷¹ e de Jerónimo Cardoso⁷², bem como uma *Gramática Inglesa* de Carlos Bernardo da Silva Teles de Menezes⁷³. A temática de história compreendia, entre outras obras, o tomo I do *Agiologio Lusitano* de Jorge Cardoso⁷⁴, o *Gran diccionario histórico* de Louis Moreri⁷⁵, o *Castrioto Lusitano* de frei Rafael de Jesus⁷⁶, uma *Historia Naturalis* de Caius Plinius Secundus⁷⁷ e a *Prompta bibliotheca* de Lúcio Ferraris⁷⁸. Nesta classe existiam ainda crónicas de várias ordens religiosas, com destaque para as das províncias franciscanas, obras sobre determinados conventos, tais como a *Historia da Fundação do Real Convento*

⁷⁰ Aristóteles, *Aristotelis Stagiritae libri omnes quibus tota moralis philosophia, quae ad formandos mores, tum singulorum, tum familiae, tum civitatis, spectat, continentur; omnia ad grecum exemplar recognita quorum seriem versa pagella indicabit*, Lugduni, sumptibus Horatij Cardon, 1618.

⁷¹ Ambrósio Calepino, *Dictionarium octo linguarum*, Paris, apud Nicolaum Nivellium, 1588.

⁷² Jerónimo Cardoso, *Dictionarium latinolusitanicum et vice-versa lusitanicolatinum*, Conimbricae, 1584.

⁷³ Carlos Bernardo da Silva Teles de Menezes, *Gramatica ingleza ordenada em portuguez*, Lisboa, Oficina Patriarcal Francisco Luís Ameno, 1762.

⁷⁴ Jorge Cardoso, *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas*, tomo I, Lisboa, Oficina Craesbeekiana, 1652.

⁷⁵ Louis Moreri, *El gran diccionario historico, o miscellanea curiosa de la historia sagrada y profana*, traduzido del frances de Luis Moreri con amplissimas adiciones y curiosas investigaciones relativas à los Reynos de España y Portugal por Don Joseph de Miravel y Casadevante, 10 tomos, Paris, a costa de los Libreros Previligiados en Leon de Francia, de los Hermanos de Tournes, 1753.

⁷⁶ Frei Rafael de Jesus, *Castrioto Lusitano, parte I, empresa, e restauração de Pernambuco; & das Capitanias confinantes, varios, e bellicos successos entre portuguezes, e belgas acontecidos pello discurso de vinte e quatro annos, e tirados de noticias, relações, & memorias certas*, Lisboa, António Craesbeeck de Mello, 1679.

⁷⁷ O catálogo apenas indica Plínio, *Historia Naturalis*, 1 tomo em fólio, pelo que é difícil, senão impossível, identificar com precisão o local de edição, o impressor e o ano em que foi dada à estampa.

⁷⁸ Lúcio Ferraris, *Prompta bibliotheca, canonica, juridica, moralis, theologica, nec non ascetica, polemica, rubricistica, histórica, opera et studio monachorum Ordinis Sancti Benedicti*, Bononiae, sed prostant Venetiis, Apud Franciscum Storti, 1758. Lúcio Ferraris, *Prompta Bibliotheca canonica, juridica, moralis theologica*, Adiciones I Supplementa, Bononiae, [s.n.], 1763.

do Louriçal⁷⁹ e vidas de religiosos de que é exemplo a vida da Madre Maria do Lado⁸⁰.

Apenas foi inventariado um manuscrito titulado *Postilha de Moral*, da autoria do padre José de Múrcia, com a data de 1682⁸¹. De referir ainda a existência de cinco espécimes da autoria de religiosas: Maria de Jesus de Agreda⁸², Santa Teresa de Jesus⁸³, Abadesa do Louriçal⁸⁴ e Madre Maria Clementina⁸⁵.

O catálogo revelou algumas surpresas nomeadamente no que respeitou à ausência de textos legais da Província. Não deixa de ser estranha a inexistência dos *Estatutos da Província de Santo António*, tanto os impressos de 1645 e 1736, como o manuscrito *Modificação dos Estatutos* de 1712⁸⁶. Na categoria dos cerimoniais apenas foi arrolado o *Ceremonial Seráfico Romano*⁸⁷, carecendo o convento do *Ceremonial da Província de S. Antonio dos Capuchos do Reyno de Portugal*⁸⁸

⁷⁹ Padre Manuel Monteiro, *Historia da Fundação do Real Convento do Louriçal de Religiosas Capuchas Escravas do Santissimo Sacramento, e vida da veneravel Maria do Lado, sua primeira instituidora, e de algumas Religiosas, que fallecerão no mesmo Convento com opiniaõ de virtude*, Lisboa, Oficina de Francisco da Silva, 1750.

⁸⁰ *Compendio da admiravel vida da veneravel Madre Maria do Lado*, oferecida à Magestade Fidelissima do Senhor D. Jozé I, Rei de Portugal &c, pela Abbadessa, e Religiosas do convento do Santissimo Sacramento do Lourisal, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Cardeal Patriarca, 1762.

⁸¹ Lisboa, BNP, Reservados, Mss. 2, n.º 4, fls. 17v-18.

⁸² Maria de Jesus de Agreda, *Mystica ciudad de Dios, historia divina, y vida de la Virgen Madre de Dios*, Antuérpia, Henrico y Cornelio Verdussen, 1696.

⁸³ Santa Teresa de Jesus, *Cartas*, [Bruxelas], [Francisco Foppens], 1676; Santa Teresa de Jesus, *Obras de la gloriosa Madre [...], fundadora de la reforma de la Orden de Nuestra Señora del Cármen*, [Bruxelas], [Francisco Foppens], 1684.

⁸⁴ *Compendio da admiravel vida da veneravel Madre Maria do Lado [...]*.

⁸⁵ Madre Maria Clementina, *A Preciosa Allegoria Moral*, Lisboa, [s.n.], 1731.

⁸⁶ *Estatutos da Província de Santo Antonio do Reyno de Portugal, confirmados por Authoridade Apostolica, tirados de varios Estatutos da Ordem, & da Província, acrescentando nelles o que servia para mais reformação do instituto da vida Capucha, feitos, & ordenados com o consentimento, & approvação do Diffinitorio, & Discretorio no Capitulo, que se celebrou nesta Casa de S. Antonio de Lisboa, no anno de 1645. em que sahio eleito em Provincial o irmão Fr. Manoel da Purificação*, [S.l.], [s.n.], 1645; Estatutos da província de S. Antonio dos Capuchos do reyno de Portugal, feitos em virtude de hum breve do Senhor P. Urbano VIII, condedido à mesma província por ordem do capitulo provincial celebrado em o Convento de S. Antonio da Castanheyra aos 22 de Agosto de 1733, Lisboa Ocidental, Oficina da Congregação do Oratório, 1737. Os títulos dos textos legais da Província podem ser consultados em Frei Fernando Félix Lopes (OFM), *Colectânea de Estudos [...]*, vol. I, pp. 95-97.

⁸⁷ Frei Manuel da Conceição, *Ceremonial serafico, e romano para toda a Ordem Franciscana, e em especial para a observancia da provincia dos Algarves*, Lisboa Ocidental, Oficina da Musica, 1730.

⁸⁸ Frei Luís de Santa Maria, *Ceremonial da Província de S. Antonio dos Capuchos do Reyno de Portugal. Em o qual com toda a clareza se trata do modo & ceremonias, com que se haõ de celebrar os officios divinos, assim no coro, como no altar. E os maís actos da comunidade, exercicios da religiaõ, & custumes da Província conforme os ritos da S.*

e do *Ceremonial Reformado*⁸⁹. Estas ausências parecem não ter sido exclusivas da livraria de Nossa Senhora do Cardal. O inventário da biblioteca do convento da Pedreira registou somente o *Ceremonial Reformado*⁹⁰, enquanto o de Penela arrolou meramente um “Estatuto de São Francisco”⁹¹. Já no Convento de Santo António de Ponte de Lima, que até 1705 pertencera à Província de Santo António, entre os vários cerimoniais, contava-se o *Ceremonial* de Frei Luís de Santa Maria. No que respeita a estatutos era proprietário entre outros dos da Província da Conceição e dos da Província de Santo António dos Capuchos⁹². No seu homónimo de Caminha, que passara igualmente à Província da Conceição, existia somente o *Ceremonial* de frei Manuel da Conceição, o *Mestre de Cerimonias*⁹³ e os *Estatutos da Província da Conceição*⁹⁴.

A maior parte das obras existentes na livraria do Cardal havia sido impressa no século XVII (49%), seguindo-se as dadas à estampa na centúria seguinte (37%). No entanto, uma outra análise demonstrou que o maior número de obras presentes na biblioteca (110) foi editado na primeira metade do século XVIII. Os livros impressos no século XVI, estavam mais parcamente representados correspondendo a 11 % do total da livraria. O título mais antigo era uma *Bibliam* em seis tomos do Cardeal Hugo de Santo Caro publicada em Basileia no ano de 1504, enquanto as obras mais recentes eram a *Theologia Morallis* de Alfonso María de Ligorio⁹⁵ e a *Prompta Bibliotheca* [...] de Luciu Ferraris⁹⁶, ambas impressas em 1763.

Igreja Romana, decretos apostolicos, & cerimoniaes reformados, Lisboa, Impressão de Bernardo da Costa de Carvalho, 1696.

⁸⁹ Frei Clemente de São José, *Ceremonial Reformado, segundo o Rito Romano e Serafico para o uso dos Religiosos da Reformada Provinda de Santo António de Portugal*, Lisboa, Oficina de Inácio Nogueira Xisto, 1763.

⁹⁰ Alice Correia Godinho Rodrigues, “O Convento de Santo António da Pedreira [...]”, p. 199.

⁹¹ Alice Correia Godinho Rodrigues, Manuel Augusto Rodrigues, “O Convento de Santo António de Penela [...]”, p. 106.

⁹² *Da Memória dos Livros* [...], vol. II, pp. 18-19 e 309-310.

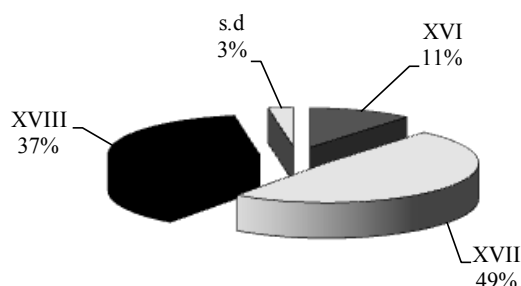
⁹³ Frei António de São Luís, *Mestre de Ceremonias que ensina o rito romano e seraphico aos religiosos da reformada e real Província da Immaculada Conceição do Reino de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1766.

⁹⁴ *Estatutos da Província da Conceição no Reyno de Portugal Ordenados e Reformados por Frei Manuel da Natividade*, Coimbra, Oficina de Luís Seco Ferreira, 1735. *Da Memória dos Livros* [...], vol. I, pp. 161, 164 e 166.

⁹⁵ Alfonso María de Ligorio, *Theologia Morallis*, Bononiae, Sumpt. Remondinianis, 1763.

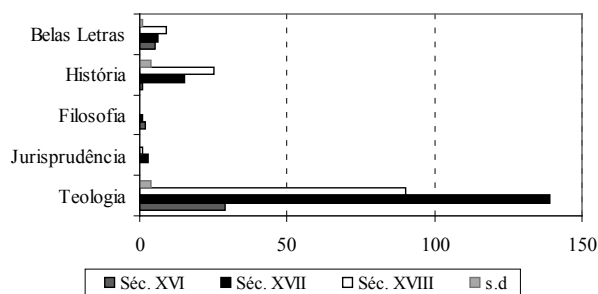
⁹⁶ Lúcio Ferraris, *Prompta Bibliotheca* [...].

Gráfico 2
Edições existentes no Convento de Nossa Senhora do Cardal por séculos



Na categoria de teologia as obras do século XVII representavam 53 %, seguindo-se as do século XVIII com 34% e as do século XVI com 11%. Também nesta categoria há que chamar a atenção para a primeira metade do século XVIII, período de que datavam 84 títulos. Das obras de jurisprudência três eram do século XVII e uma de Setecentos. Na temática de filosofia existiam duas obras do século XVI e uma do século seguinte. Nas áreas da história e das belas letras predominavam as obras do século XVIII, representando 56 % e 42 % do total, respectivamente.

Gráfico 3
Obras impressas segundo o século e a temática



No que toca aos locais de edição, a análise do catálogo revelou a predominância de Portugal, onde foram impressas 169 obras: 133 em Lisboa, 26 em Coimbra, seis em Évora, duas em Braga e outras tantas no Porto. Em Espanha foram editadas 62 das obras a saber, 29 em Madrid, nove em Barcelona, oito em Salamanca, cinco em Saragoça, três em Cádiz, igual número em Pamplona, duas em Alcalá de Henares e em Sevilha e uma em Burgos. De França provinham 33 obras: 20 de Lyon, 12 de Paris e uma de Douai. Na região que hoje conhecemos por Itália haviam sido editados 26 dos títulos: 13 em Veneza, sete em Roma, três em Bolonha, duas em Pádua e uma em Ancona. Da região da Flandres eram provenientes 18 edições: 15 da Antuérpia, duas de Bruxelas e uma de Lovaina. Apenas uma

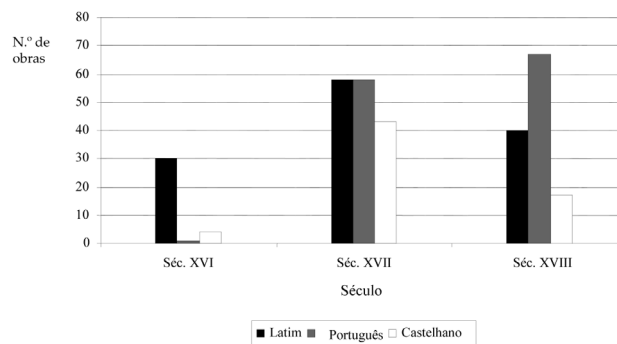
obra presente no inventário havia sido dada à estampa na Holanda, concretamente em Amesterdão. Do Sacro Império Romano Germânico eram 14 obras: doze de Colónia, uma de Frankfourt e outra de Mainz. Nos cantões suíços haviam sido editadas duas obras, concretamente em Basileia, e em Inglaterra uma, a saber, em Londres. Em nove ocasiões não foi registado o local de publicação.

Quadro 1
Principais locais de edição

Local de Edição	N.º de Obras	%
Portugal	169	50 %
Espanha	62	19 %
França	33	10 %
Península Itálica	26	8 %
Flandres	18	5 %
Império	14	4 %

Não obstante o catálogo não referir o idioma das obras conseguimos identificá-lo para a quase totalidade dos títulos. Dos 335 espécimes inventariados 133 eram em latim, 127 em português e 65 em castelhano. Não nos foi possível identificar a língua em que haviam sido redigidas 10 obras. Exceptuando a classe da história onde a percentagem de obras em português era de 58%, o latim dominava em todas as restantes categorias, correspondendo a 100% das obras em filosofia, 75 % em jurisprudência, 47% em belas letras e 41 % em teologia.

Gráfico 4
Obras por Século e Idioma



O gráfico 4 demonstra o aumento de importância do português face ao latim e ao castelhano. Se nos espécimes do século XVI o latim dominou claramente e inclusive existiam mais obras em castelhano do que em português, na centúria seguinte assistiu-se a um aumento muito significativo do português que ul-

trapassou o castelhano e igualou o latim. No século XVIII, a língua portuguesa afirmou-se como a predominante⁹⁷, facto que não pode ser desligado da defesa e da valorização do idioma nacional que a centúria de Setecentos acentuou⁹⁸.

Não existiam títulos em italiano e francês, ainda que existissem traduções de obras naqueles idiomas⁹⁹. Contabilizámos um total de 15 traduções: sete do castelhano para português; seis traduções de obras italianas, três para português, duas para castelhano e uma para latim; e duas traduções de obras em francês, uma vertida em português e outra em castelhano. A título de exemplo refiram-se a obra do francês Louis Moreri autor do *Le Grand Dictionnaire historique* traduzido em espanhol por D. José de Miravel y Casadevante¹⁰⁰, ou uma *Arte de Bem Morrer* traduzida do italiano para o português por António de Vilas Boas e Sampaio¹⁰¹.

O acervo das bibliotecas, não obstante ser constituído por diversas matérias, detinha uma ligação evidente com a actividade profissional dos proprietários¹⁰². As livrarias conventuais reflectiam idêntica realidade. A dos franciscanos de Caminha possuía mais de 300 títulos de sermões, facto que levou José Adriano de Freitas Carvalho a classificá-la como uma “biblioteca para pregadores”, referindo que as livrarias das Casas religiosas masculinas, sobretudo as que não eram casas de estudo, eram formadas na maioria dos casos para o estudo dos pregadores¹⁰³. Já a biblioteca do convento de Santo António de Ponte de Lima parece ter sido uma biblioteca de casa de estudos e formação, não obstante possuir uma percentagem considerável de sermões¹⁰⁴.

No catálogo da livraria do convento do Cardal foram registados 77 títulos de sermões em 165 tomos o que corresponde a 22,9% dos títulos da biblioteca e 29,4 % dos títulos que compunham a secção de teologia. Se a estes juntarmos os 13 títulos de obras consagradas à prédica a percentagem sobe para 26,8% e

⁹⁷ Caso semelhante ocorreu na biblioteca do Convento da Arrábida onde a percentagem de obras em latim foi decaindo com o passar dos séculos, cf. Ilídio Rocha, “A Livraria do [...]”, pp. 192-193.

⁹⁸ Cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “As Realidades [...]”, pp. 469-479.

⁹⁹ A respeito das traduções cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “As Realidades [...]”, pp. 479-480.

¹⁰⁰ Louis Moreri, *El gran diccionario histórico* [...].

¹⁰¹ *Arte de Bem Morrer, industrias para fazer huma boa morte*, tradução de António de Vilas Boas e Sampaio Coimbra, José Ferreira, 1685. Diogo Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana*, vol. 1, pp. 427-428 não referiu o nome do autor da obra, mencionado somente o nome do tradutor. No catálogo da livraria do convento do Cardal a obra é atribuída ao padre Júlio César, cf. Lisboa, BNP, Reservados, Mss. 2, n.º 4., fls. 2v.-3.

¹⁰² Maria Beatriz Nizza da Silva, *A Cultura Luso-Brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil*, [s.l.], Editorial Estampa, 1999, pp. 129-133. Um exemplo pode ser encontrado na biblioteca que Jorge Cardoso reuniu para elaboração da sua obra, cf. Maria de Lurdes Correia Fernandes, *A Biblioteca de Jorge Cardoso (1669), autor do Agiologio Lusitano, Cultura, Erudição e Sentimento Religioso no Portugal Moderno*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000.

¹⁰³ *Da Memória dos Livros* [...] vol. I, p. XXIII.

¹⁰⁴ *Da Memória dos Livros* [...], vol. II, pp. 11-12.

34,5%, respectivamente. Dado que os exemplares duplicados são caso singular na livraria em estudo, não deixa de ter algum significado a presença de dois espécimes da *Pancarpia* de António Lopes Cabral, o que reforça a importância que a sermonária detinha neste espaço¹⁰⁵. Se aos títulos de sermões juntarmos as bíblias e comentários, as obras de Padres da Igreja e os textos de espiritualidade temos aquilo que Federico Palomo referiu como sendo o “núcleo básico do acervo literário dos pregadores”¹⁰⁶. Podemos, pois, afirmar que estamos em presença de uma biblioteca destinada ao uso dos pregadores¹⁰⁷.

Uma última questão prende-se com os motivos que fizeram com que a biblioteca não tivesse sido inventariada em 1834. Teria sido destruída no tempo das invasões francesas? Sabemos que na região de Pombal várias obras, livros de registos paroquiais e cartórios de câmaras foram destruídos. Em Abiúl os franceses destruíram “todos os livros particulares, e ainda mesmo os livros dos assentos da mesma igreja queimando e rasgando todos os cartorios dos escrivais e assentos da mesma camara”¹⁰⁸. Outra hipótese assenta no reduzido valor económico da biblioteca. Terão os louvados concluído não ser rentável proceder ao seu catálogo e posterior envio para o porto de embarque? Tal havia sucedido, por exemplo, com a livraria do convento de São Jerónimo do Mato, da ordem dos Jerónimos, em Alenquer¹⁰⁹.

6. Mandado erigir no ano de 1686, pelo comendador e alcaide maior da vila, D. Luís de Vasconcelos e Sousa Gomes, o edifício veio a ser Casa dos Franciscanos da Província de Santo António de Portugal, ainda que primeiramente tenha sido destinado a outras Ordens Religiosas. Se pelas leis estatutárias o convento podia apenas albergar 14 religiosos, períodos houve em que esse número foi ultrapassado, chegando a ser habitado por 20 frades.

O inventário de 1834, deu conta dos bens móveis pertencentes ao convento do Cardal, tais como mobiliário, objectos do culto divino, têxteis, bateria de cozinha, material de refeitório, enfermaria, ucharia e adega. O documento evidenciou escassez de determinados pertences e inexistências de outros que seriam de esperar encontrar num espaço conventual. O número reduzido de alguns

¹⁰⁵ No catálogo, não obstante tratar-se da mesma obra, as entradas foram registadas de diferentes formas: uma com o título de *Sermões*, Lisboa, 1694 e outra com o título de *Pancarpia*, Lisboa, 1694. A propósito da singularidade dos exemplares repetidos de uma mesma obra, convém referir que os estatutos ordenavam “que os que ouiver dobrados nas Cazas, se repartão pelas que estiverem faltas delles”. Procurava-se por este meio evitar custos com o transporte dos livros levados pelos pregadores, cf. *Estatutos da Província de Santo Antonio* [...], 1673, pp. 24-25.

¹⁰⁶ Federico Palomo, *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 79-80.

¹⁰⁷ Esta parece ter sido uma constante nas livrarias da Província, tanto mais que “o Pregador more sempre na livraria, & tomarà entrega della pelo inventario, fazendo por escrito termo de aceitação que assinará com o Prelado, & Discretos [...]”, *Estatutos da Província de Santo Antonio* [...], 1673, pp. 25 e 88.

¹⁰⁸ Coimbra, AUC, Cat-Cor.B.Pimenta, doc. 117.

¹⁰⁹ Paulo J. S. Barata, *Os Livros* [...], p. 155.

objectos pode encontrar explicação nos roubos cometidos por tropas nas várias conjunturas da época, por seculares, ou pelos próprios egressos. Por outro lado, determinadas ausências parecem ter sido propositadas e evidenciam disputas por diversos bens, como por exemplo o relógio da torre da igreja do convento.

O catálogo da livraria do convento deu conta de 335 títulos, sendo que 79% dos mesmos integravam a classe da teologia. O estudo do inventário revelou que as edições existentes eram na sua maioria anteriores à fundação do convento, que Portugal foi o principal local de edição das mesmas, seguido de Espanha, e que a língua portuguesa foi ganhando importância face a outros idiomas, dominando entre as edições do século XVIII. O documento evidenciou a falta de textos legais da Província. Os títulos arrolados não compreenderiam com toda a certeza a totalidade dos livros existentes no convento uma vez que fora da biblioteca existiam outras obras de pouca “sustancia, & não accomodados às livrarias, como são alguns de devoção, ou outros pequenos de outras materias [...]”¹¹⁰. Manuscritos podiam ser encontrados nas celas de pregadores, já que estes estavam autorizados a “ter hum almario [sic], ou gaveta em que possão fechar seus papeis [...]”¹¹¹. Com pouco mais de um século de existência o convento tornou-se proprietário de uma pequeníssima livraria em que a sermonária ocupou um lugar de destaque entre as obras conservadas. A formação contínua e estudo dos pregadores eram deveras importantes, não tivesse sido a pregação um dos principais instrumentos de doutrinação, assumindo um papel crucial no disciplinamento dos fiéis.

¹¹⁰ *Estatutos da Provincia de Santo Antonio* [...], 1673, p. 89.

¹¹¹ *Estatutos da Provincia de Santo Antonio* [...], 1673, p. 25.